



EMBU DAS ARTES-SP

Professor de Educação Básica I - PEB I

LÍNGUA PORTUGUESA

Fonema. Sílaba 1
Ortografia
Classes de Palavras: substantivo, adjetivo, preposição, conjunção, advérbio, verbo, pronome, numeral, interjeição e artigo
Acentuação
Concordância nominal. Concordância Verbal
Sinais de Pontuação19
Uso da Crase
Colocação dos pronomes nas frases
Análise Sintática Período Simples e Composto
Figuras de Linguagem
Interpretação de Textos
Exercícios4
Gabarito48
MATEMÁTICA Conjunto de números reais. Radicais: operações – simplificação, propriedade – racio-
nalização de denominadores 1
Razão e Proporção. Porcentagem. Juros Simples. MDC e MMC
Fatoração de expressão algébrica. Expressão algébrica – operações. Expressões algébricas fracionárias – operações – simplificação
Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, capacidade, tempo e volume: unidades de medida; transformações de unidades
Estatística: noções básicas, interpretação e construção de tabelas e gráficos 23
Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano
Noções de probabilidade e análise combinatória
Exercícios
-



SUMARIO

CONHECIMENTOS EDUCAÇÃO

Fundamentos da educação	1
História da Educação	8
Filosofia da Educação	32
Psicologia da Educação	53
Cotidiano Escolar	60
Escola e família	72
Projeto Político Pedagógico	74
Processo de Avaliação Educacional	78
Trabalho Coletivo	91
Trabalho Interdisciplinar	91
Pedagogia de projetos	92
Didática e Metodologia do Ensino	92
Progressão Continuada	107
Psicologia da Aprendizagem	109
Educação Inclusiva	109
Educação Contemporânea	117
Educação e Tecnologia; Tecnologia na sala de aula e na Escola	118
Formação Continuada de professores	126
Ensino no Brasil e no Mundo	126
Processo de Escolarização: sucessos e fracassos; Evasão e Repetência: causas, consequências e alternativas	127
Políticas Educacionais Brasileiras	142
Gestão Educacional (Gestão Participativa e Participação Comunitária)	156
Formas Inovadoras e Clássicas de Avaliação	160
Plano de Aula	160
Autores renomados da Educação: história, pensamento, metodologias e contribuições	167
Teorias de Aprendizagem	176
Currículo	176
Cidadania	194
Desenvolvimento cognitivo dos alunos	195
Desenvolvimento social dos alunos	196
Desenvolvimento cultural dos alunos	197
Desenvolvimento afetivo dos alunos	200
Função social da escola e do professor	203
Avaliação por competências	206
Ensino condizente com a realidade do aluno	208





Recuperação	209
Relação entre professor e aluno	209
Estudos/notícias/teses/reportagens atualizados sobre educação (últimos 12 meses)	211
Correção de fluxo	211
Papel do professor de classe, do professor coordenador e do diretor	213
Exercícios	213
Gabarito	218
LEGISLAÇÃO	
Constituição da República Federativa do Brasil – 1988 (Artigos 1º ao 13, 39 ao 41, 205 ao 219-B, 227 ao 229)	1
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança do Adolescente – ECA	26
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB	90
Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Plano Nacional de Educação - PNE	119
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência/Estatuto da Pessoa com Deficiência	142
Resolução CNE/CP Nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (anexo o Parecer CNE/CP nº 3/2004)	173
Resolução CNE/CEB Nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (anexo o Parecer CNE/CEB nº 7/2010)	188
Resolução CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (anexo o Parecer CNE/CP nº 8/2012)	247
Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, MEC/SEESP, 2008	262
Decreto nº 6.003 de 28 de dezembro de 2006: Regulamenta a arrecadação, a fiscalização e a cobrança da contribuição social do salário-educação, a que se referem o art. 212, §5º, da Constituição, e as Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e 9.766, de 18 de dezembro de 1998, e dá outras providênciast	270
Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011: Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências	274
Exercícios	276
Gabarito	281
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
ANTUNES, Celso. As inteligências múltiplas e seus estímulos. – 17º ed Campinas, SP: Papirus, 2012	1
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular - BNCC (da página 7 até 60)	10





Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para educação infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010	66
Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: 1º e 2º ciclo (Arte, Ciências Naturais, História, Geografia, Língua Portuguesa, Matemática, Educação Física, Temas Transversais e Introdução). Brasília: MEC/SEF, 1997	66
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 2011	124
LERNER. Délia. Ler e Escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002	125
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?. — São Paulo: Moderna, 2003	131
VYGOTSKY, Lev Semenovitch. Pensamento e Linguagem. – 4ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2008	152
WEIZ, Telma. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. – 1º ed São Paulo: Ática, 2011	155
LIBÂNEO, José Carlos. Didática. – 2ª ed São Paulo: Cortez, 2013	155
KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/ou fundamental. Educação & Sociedade, Campinas, v.27, n.96, 2006	169
PIAGET. A formação do símbolo na criança: imitação, jogos, sonho e representação. (1975)	170
Exercícios	171
Gabarito	176







Língua Portuguesa

Fonética

Segundo o dicionário Houaiss, *fonética* "é o estudo dos sons da fala de uma língua". O que isso significa? A fonética é um ramo da Linguística que se dedica a analisar os sons de modo físico-articulador. Ou seja, ela se preocupa com o movimento dos lábios, a vibração das cordas vocais, a articulação e outros movimentos físicos, mas não tem interesse em saber do conteúdo daquilo que é falado. A fonética utiliza o Alfabeto Fonético Internacional para representar cada som.

<u>Sintetizando</u>: a fonética estuda o movimento físico (da boca, lábios...) que cada som faz, desconsiderando o significado desses sons.

Fonologia

A fonologia também é um ramo de estudo da Linguística, mas ela se preocupa em analisar a organização e a classificação dos sons, separando-os em unidades significativas. É responsabilidade da fonologia, também, cuidar de aspectos relativos à divisão silábica, à acentuação de palavras, à ortografia e à pronúncia.

<u>Sintetizando</u>: a fonologia estuda os sons, preocupando-se com o significado de cada um e não só com sua estrutura física.

Bom, agora que sabemos que fonética e fonologia são coisas diferentes, precisamos de entender o que é fonema e letra.

Fonema: os fonemas são as menores unidades sonoras da fala. Atenção: estamos falando de menores unidades de som, não de sílabas. Observe a diferença: na palavra pato a primeira sílaba é pa-. Porém, o primeiro som é pê (P) e o segundo som é a (A).

Letra: as letras são as menores unidades gráfica de uma palavra.

Sintetizando: na palavra pato, pa- é a primeira sílaba; pê é o primeiro som; e P é a primeira letra.

Agora que já sabemos todas essas diferenciações, vamos entender melhor o que é e como se compõe uma sílaba.

Sílaba: A sílaba é um fonema ou conjunto de fonemas que emitido em um só impulso de voz e que tem como base uma vogal.

A sílabas são classificadas de dois modos:

Classificação quanto ao número de sílabas:

As palavras podem ser:

- Monossílabas: as que têm uma só sílaba (pé, pá, mão, boi, luz, é...)
- Dissílabas: as que têm duas sílabas (café, leite, noites, caí, bota, água...)
- Trissílabas: as que têm três sílabas (caneta, cabeça, saúde, circuito, boneca...)
- Polissílabas: as que têm quatro ou mais sílabas (casamento, jesuíta, irresponsabilidade, paralelepípedo...)

Classificação quanto à tonicidade

As palavras podem ser:

- Oxítonas: quando a sílaba tônica é a última (ca-fé, ma-ra-cu-já, ra-paz, u-ru-bu...)
- Paroxítonas: quando a sílaba tônica é a penúltima (me-sa, sa-bo-ne-te, ré-gua...)
- Proparoxítonas: quando a sílaba tônica é a antepenúltima (sá-ba-do, tô-ni-ca, his-tó-ri-co...)

Lembre-se que:





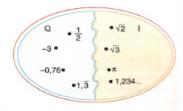
Matemática

Números Reais

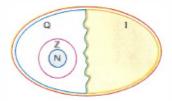
O conjunto dos **números reais**¹ **R** é uma expansão do conjunto dos números racionais que engloba não só os inteiros e os fracionários, positivos e negativos, mas também todos os números irracionais.

Assim temos:

R = QUI, sendo $Q \cap I = \emptyset$ (Se um número real é racional, não será irracional, e vice-versa).



Lembrando que N C Z C Q , podemos construir o diagrama abaixo:

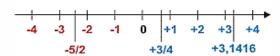


O conjunto dos números reais apresenta outros subconjuntos importantes:

- Conjunto dos números reais não nulos: $R^* = \{x \in R | x \neq 0\}$
- Conjunto dos números reais não negativos: $R_x = \{x \in R | x \ge 0\}$
- Conjunto dos números reais positivos: $R_{+}^{*} = \{x \in R | x > 0\}$
- Conjunto dos números reais não positivos: $R = \{x \in R | x \le 0\}$
- Conjunto dos números reais negativos: $R^* = \{x \in R | x < 0\}$

Representação Geométrica dos números reais

Conjunto dos números reais



Ordenação dos números reais

A representação dos números reais permite definir uma relação de ordem entre eles. Os números reais positivos, são maiores que zero e os negativos, menores que zero. Expressamos a relação de ordem da seguinte maneira:

Dados dois números Reais a e b,

$$a \le b \leftrightarrow b - a \ge 0$$





Conhecimentos Educação

Educação - ou seja, a prática educativa - é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades. Não há sociedade sem prática educativa nem prática educativa sem sociedade. A prática educativa não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mas também o processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que as tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade.

Através da ação educativa o meio social exerce influências sobre os indivíduos e estes, ao assimilarem e recriarem essas influências, tornam-se capazes de estabelecer uma relação ativa e transformadora em relação ao meio social. Em sentido amplo, a educação compreende os processos formativos que ocorrem no meio social, nos quais os indivíduos estão envolvidos de modo necessário e inevitável pelo simples fato de existirem socialmente.

Neste sentido, a prática educativa existe numa grande variedade de instituições e atividades sociais decorrentes da organização econômica, política e legal de uma sociedade, da religião, dos costumes, das formas de convivência humana. Em sentido restrito, a educação ocorre em instituições específicas, escolares ou não, com finalidades explícitas de instrução e ensino mediante uma ação consciente, deliberada e planificada, embora sem separar-se daqueles processos formativos gerais.

As diversas modalidades de educação costumam caracterizar as influências educativas como não - intencionais e intencionais. A educação não-intencional refere-se às influências do contexto social e do meio ambiente sobre os indivíduos. Essas influências também podem ser denominadas educação informal, pois as experiências são casuais, espontâneas, não organizadas, embora influam na formação humana.

A educação intencional refere-se a influências em que há intenções e objetivos definidos conscientemente, como é o caso da educação escolar e extraescolar. As formas de educação intencional são muitas, e os meios variam de acordo com os objetivos pretendidos. Pode-se falar da educação não - formal quando se trata da atividade educativa estruturada fora do sistema escolar convencional e da educação forma; que se realiza nas escolas ou outras agências de instrução e educação, implicando ações de ensino com objetivos pedagógicos explícitos, sistematização e procedimentos didáticos. A educação escolar, no entanto, se destaca das demais por ser suporte e requisito delas. É a escolarização básica que possibilita aos indivíduos aproveitar e interpretar, consciente e criticamente, outras influências educativas.

O processo educativo, onde quer que se dê, é sempre contextualizado social e politicamente; há uma subordinação à sociedade que lhe faz exigências, determina objetivos e lhe provê condições e meios de ação.

A educação, por ser um fenômeno social, é parte integrante das relações sociais, econômicas, políticas e culturais de uma determinada sociedade. Na sociedade brasileira atual, a estrutura social se apresenta dividida em classes e grupos sociais com interesses distintos e opostos.

Esse fato repercute na prática educativa. Assim os objetivos e meios de educação ficam subordinados à estrutura e dinâmicas das relações entre as classes sociais, ou seja, são socialmente determinados. Isto significa que a prática educativa, e especialmente os objetivos e conteúdos do ensino e o trabalho docente, estão determinados por fins e exigências sociais, políticas e ideológicas. A estrutura social e as formas sociais pelas quais a sociedade se organiza são uma decorrência do fato de que, desde o início de sua existência, os homens vivem em grupos; sua vida depende de vida de outros membros do grupo social, ou seja, a história humana, a história da sua vida e a história da sociedade se constituem e se desenvolvem na dinâmica das relações sociais. Este fato é fundamental para se compreender que a organização da sociedade, a existência das classes sociais, o papel da educação estão implicados nas formas que as relações sociais vão assumindo pela ação prática concreta dos homens.

A desigualdade entre os homens, que na origem é uma desigualdade econômica no seio das relações entre as classes sociais, determina não apenas as condições materiais de vida e de trabalho dos indivíduos mas também a diferenciação no acesso à cultura espiritual, à educação. Como consequência, a classe social dominante retém os meios de produção material como também os meios de produção cultural e da sua difusão, tendendo a colocá-la a serviço dos seus interesses.





Legislação

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Forma, Sistema e Fundamentos da República

- Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

- Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

- Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

- Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

- Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição".

- Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I a soberania;
- II a cidadania
- III a dignidade da pessoa humana;
- IV os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.





Conhecimentos Específicos

É uma obra de grande importância para quem se dedica ao processo de educar, tanto para os pais como professores, psicopedagogos, psicólogos e outros especialistas educacionais. O autor expõe de forma clara e de fácil entendimento as idéias de Howard Gardner sobre as múltiplas inteligências que o ser humano possui. Afirma que o profissional da educação, deve estar atento às manifestações das mesmas, dentro do processo de aprendizagem. Antunes explica, uma a uma, as inteligências já estudadas por Gardner. Explica sobre o que seja a inteligência e as possibilidades de a mesma aumentar, envelhecer e as oportunidades que o cérebro humano abre, em determinadas fases de desenvolvimento, na aprendizagem de uma criança.

A este processo ele nomeia como uma "janela de oportunidades" que é quando a criança estará pronta a se desenvolver, nos tipos de inteligências que possui. Um educador precisa ajudar seus alunos a desenvolver suas aptidões para aquelas que possui, ou desenvolver a um nível adequado as que tem mais dificuldades. Antunes faz uma relação entre a memória e a capacidade de concentração que se possui, bem como da inteligência e da aprendizagem.

Explana sobre o "construtivismo" de Piaget e Emília Ferreiro de forma sucinta e aponta os melhores meios de se educar as diversas inteligências. As mesmas devem ser desenvolvidas e utilizadas à favor da pessoa e da sociedade, em que esta convive. Por intermédio de questões simples, o autor vai colocando as diferentes inteligências e quais os melhores procedimentos que o educador deve utilizar para que as desenvolva em sala de aula. De leitura agradável e rápida, a obra abre um amplo leque para todos que queira compreender e trabalhar com a inteligência humana.

Dá uma visão mais nítida sobre estas manifestações da inteligência, que muitas vezes passam desapercebidas das pessoas que desejam educar e desenvolver uma criança de forma muito mais ampla. A inteligência, para o autor, precisa ser estimulada e tendo em vista que é possível desenvolver sempre mais, terá o educador, meios para ampliá-la ajudando a criança a se desenvolver plenamente.

- As inteligências múltiplas

O Educador Celso Antunes explica os conceitos de inteligência múltipla segundo Howard Gardner. As pesquisas de Gardner representam verdadeiro símbolo educacional contemporâneo, ao sinalizar que o que se descobre sobre a mente humana, constitui não apenas saber acadêmico, mas instrumento de ação pedagógica imprescindível

Howard Gardner possui um currículo indiscutível. Professor de Educação e Diretor do Projeto Zero, no Harvard Graduate Scholl of Education e professor adjunto de Neurologia na Boston University Scholl of Medicine, é autor de inúmeros livros e criador de uma teoria educacional conhecida e aplicada no mundo inteiro. Além da notoriedade pública e reconhecimento como um dos mais influentes educadores deste século, em 1981 recebeu o Mac Arthur Prize Fellowship e, em 1990, tornou-se o primeiro norte-americano a ser condecorado com o Louisville Grawemeyr Award in Educatio, prêmios que por sua expressão e grandeza já sintetizam o admirável perfil de suas pesquisas e de suas obras.

Ninguém melhor que Gardner, entretanto, para falar sobre ele mesmo. Em seu livro lançado no Brasil no ano 2000 pela Editora Objetiva (Inteligência - Um conceito reformulado) descreve-se ao falar sobre seus pensamentos. "Nada em minha juventude diria que eu viria ser um estudioso (e um teórico) da inteligência.

Quando criança, eu era bom aluno e me saia bem em testes, portanto a questão da inteligência era relativamente simples para mim. Na verdade, em outra vida, talvez eu passasse a defender a visão clássica da inteligência, como tantos de meus contemporâneos brancos do sexo masculino que já estão envelhecendo. Típico garoto judeu que detestava ver sangue, eu (e muitos outros em meu mundo) pretendia ser advogado. Só em 1965, ao terminar a minha graduação no Harvard College, resolvi fazer pós-graduação em psicologia. A princípio, como outros adolescentes, eu estava fascinado com as questões da psicologia que intrigam o leigo: emoções, personalidade, psicopatologia. Meus heróis em Sigmund Freud e meu professor, o psicanalista Erik Erikson, que havia sido analisado pela filha de Freud, Anna. No entanto, depois de ter conhecido Jerome